

## **Alemanha: A algumas semanas das eleições gerais**



*Tanto Merkel como a actual Direcção do SPD continuam agarradas à Agenda de Schröder (1), apresentada em 2003 por este antigo Chanceler (Chefe do Governo) da República Federal da Alemanha, quando estava à frente de um Governo do SPD.*

**As eleições legislativas para o Parlamento (Bundestag) alemão vão realizar-se a 24 de Setembro de 2017.**

**Reproduzimos extratos do Editorial, da autoria de Carla Boulboulé, do jornal *Soziale Politik und Demokratie* (SoPoDe – Política Social e Democracia) que é animado por militantes do Partido Social-Democrata (SPD) da Alemanha, em oposição à linha oficial da Direcção deste Partido.**

*«Tudo parece indicar que, nesta campanha eleitoral, predominará de novo um silêncio de morte»,* comenta o *Handelsblatt* (jornal financeiro alemão – NdT), de 17 de Julho. *«Mais de 60% dos eleitores e eleitoras ainda não sabem em quem irão votar»,* segundo as sondagens. Porque eles não podem esperar nada destas eleições. Eles não se consideram em condições de adoptar uma posição categórica em relação a estas eleições.

A chanceler Merkel – que é candidata pelo *«Continuemos assim»* com a política da Agenda (1) – pode ficar contente com isso, enquanto a vontade da maioria da população da população para acabar com a política da Agenda não encontrar uma expressão política. Macron é um exemplo, ao fazer-se eleger Presidente da República francesa com 15% dos votos dos eleitores inscritos (sobre a base de uma abstenção de 51%).

Em contrapartida, o cabeça-de-lista do SPD, Martin Schulz, vê-se confrontado com o desafio de mobilizar os eleitores tradicionais do SPD que recusaram dar-lhe o seu voto aquando das últimas eleições. Recordemos que, no início deste ano, ele conseguiu uma larga adesão dos membros do SPD e de uma parte dos seus eleitores – com as suas vagas promessas de combater os erros da política da Agenda. Mas, ao tomar uma posição de acompanhamento até ao fim da política da Grande coligação (CDU-SPD), ele já enterrou esta «vaga de esperança».

Com o seu *«plano para o futuro»*, Schulz tenta apresentar perspectivas para *«escolher e decidir em que direcção caminhar»*, visando parar a vaga recusa dos eleitores.

Mas, como o diz Marco Bülow, deputado do SPD, não basta *«aplicar alguns remendos sociais na política da Agenda»*, política a que Schulz continua agarrado (...). Já falhou tentar esconder esta política de destruição com reformas correctivas falaciosas

aplicadas aos «erros» da Agenda. O SPD está em declínio, com a perda de aderentes e de votos em todas as eleições, culminando com a capitulação de Gabriel – o seu Presidente e candidato à Chancelaria (...).

Schulz repisa as suas promessas relativas a um «*pacto para salários decentes e boas condições de trabalho*» e anuncia a sua intenção de implementar uma «*reordenação socialmente compatível*» da paisagem em ruínas das convenções colectivas que foram desmanteladas.

E ele ousa propor aos trabalhadores – e, em particular, aos oito a treze milhões que vivem abaixo ou próximo do limiar da pobreza – uma «*conta-poupança para a formação contínua*», que poderia também permitir que se tornem pseudo auto-empresendedores (...).

As eleições ameaçam tornar-se numa catástrofe para o SPD. Mas, mesmo que ele conseqa 30% dos sufrágios, provavelmente não será capaz – sem arriscar explodir – entrar de novo numa Grande coligação, que terá, sob a pressão acentuada da crise do capital financeiro, de efectuar cortes drásticos em todas as conquistas do Estado social. Pelo seu lado, Merkel não esqueceu que a sua coligação negra-amarela (2) já foi rejeitada uma vez. A possibilidade de ser formado um Governo estável não parece viável.

No seio do SPD, começou uma tentativa para sair desta via auto-destruidora e impedir um afundamento eleitoral pior ainda que o da Renânia do Norte / Vestefália.

Trinta e três mil aderentes do SPD pediram – num Apelo dirigido aos deputados do SPD – que eles digam não às treze propostas de modificação da Lei fundamental (Constituição) que – subordinando-se ao regime da «Regra de ouro» (do Tratado Orçamental da União Europeia - NdT) – aniquila a perequação financeira entre os Länder (3) e, deste modo, destrói o princípio do Estado social inscrito nesta mesma Lei fundamental.

Vinte e nove deputados tiveram a coragem de votar contra essas propostas. Pode isto constituir um ponto de apoio? Agir de maneira convincente em prol da «justiça social» – quer dizer, em conformidade com a vontade da maioria da população e para acabar com a política da Agenda – exige que seja travado o combate pela ruptura com «a regra de ouro», pelo restabelecimento e a defesa das Convenções colectivas, e pela paragem dos variados ataques que estão a ser desferidos contra elas.

Foi isto que esteve no centro do debate da Conferência Operária de Berlim, de 17 de Junho (4), onde os participantes decidiram agrupar-se em Círculo de trabalho políticos.

-----

(1) A chamada Agenda de Schröder, apresentada como um instrumento legislativo para a defesa da “competitividade” da economia alemã, continha ataques centrais contra as leis que constituem o Código do Trabalho e contra direitos sociais estipulados na Constituição alemã. O seu prazo de vigência era o ano de 2010, e daí a sua designação “Agenda 2010”.

(2) Coligação designada por preta-amarela, visto ser formada pelos dois ramos da Democracia Cristã: a União Cristã Democrata (CDU) e a União Cristã-Social na Baviera (CSU).

(3) A Alemanha é uma Federação de Estados (Länder).

(4) Ver a Resolução adoptada nesta Conferência [aqui](#):

[https://pous4.files.wordpress.com/2017/08/apelo\\_berlim\\_17\\_jun\\_2017\\_rev.pdf](https://pous4.files.wordpress.com/2017/08/apelo_berlim_17_jun_2017_rev.pdf)